

Geografia Brasileira nos Anos 90, Pluralidade, Crise de Paradigmas e Caminhos Metodológicos: Desafios do Fazer de um Geógrafo

ENTREVISTA COM RUY MOREIRA*

Catia Antonia da Silva e Désirée Guichard Freire

1 Revista Tamoios – Você no seu texto: Assim se passaram dez anos; a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988, realiza um balanço analítico sobre a Geografia brasileira no período 78/88. A partir deste balanço, qual a sua análise sobre a década de 90? Você acredita que foi de consolidação da renovação do período analisado ou consiste em uma nova ruptura paradigmática?

Ruy Moreira – Chamei-o renovação 78-88. Diria que a década de 90 é o desabrochar do que em 70 eram prenúncios: uma pluralização no campo das idéias. Esta pluralização estava embrionária na década de 78-88, mas não floresceu. Não só no campo das idéias, mas também nos temas. Essa pluralização vai acontecer nos anos 90. Eu diria que floresce a partir do embrião que existia. Por exemplo, o tema da representação na Geografia e da Geografia como uma forma de apresentação ou o que surge depois, com o nome de Geografia da Percepção, acabam evoluindo, na década de 90, para o debate sobre a Geografia da Percepção e a Geografia da Representação (embora não sejam, propriamente, o que está embrionário como tendência nos anos 70, mas não importa).

Um outro tema que também estava embrionário era o de um novo olhar da Geografia sobre o homem que a tirasse da prisão de grupos sociais da Geografia anterior, lablachiana (que, erroneamente, foi chamada de Geografia Tradicional), para o de classes, e hoje o de gêneros e diferenças. Esse debate abre não somente para um olhar mais coletivo e comunitário, como também para um olhar individualizado e personificado do homem.

Surge, na década de 90, um debate sobre o indivíduo singular na forma da Geografia Humanista e sobre uma geografia dos movimentos sociais, uma geografia da ação coletiva. No debate da década de 78/88, também já se apontava para um modo de pensar a dialética da sociedade que partisse não das determinações econômicas puras, mas sim das chamadas, na época, extra-econômicas (políticas, culturais, ideológicas, representacionais), em que o econômico se mantém dando o tom da materialidade histórica das relações e das coisas, mas o enfoque não tem um realce no econômico. Um enfoque que partisse de outros pontos de referência, o cultural, por exemplo, e o econômico fosse movendo-se dentro desta referência. Como o fazem os marxistas ingleses E. P. Thompson e Raymond Williams. A percepção, a representação, a cultura, o indivíduo, o coletivo, o valor simbólico e a dinâmica das determinações da totalidade social da história são temas implícitos dos anos 70, que na década de 90 tornam-se uma pluralidade evidente. O que então há de comum entre uma década e outra? A questão da pluralidade de campos e de temas.

Agora, essa pluralidade de campos e de temas que se vê desenvolvendo na década de 90, não é, necessariamente, e creio que não, um desenvolvimento do debate que se levou na década de 70. Não diria que a década de 90 foi a da consolidação da renovação de 70. Se a gente pergunta se aquele período 78/88 foi de renovação da Geografia, eu responderia, em termos, que sim.

Sua pergunta é se a década de 90 é de alguma maneira uma continuidade da década de 70. E eu diria que sim, e, ao mesmo tempo, que não. É uma continuidade no sentido do afloramento daquilo que estava embrionário no debate da década de 70. E não, no sentido de que 90 é um outro momento de renovação. Não o embrião da pluralidade embutida dos anos 70 que vai evoluir e se transformar nas geografias da década de 90, mas uma outro movimento de pensamento. A renovação nunca se faz de uma só vez e uma só. Seria a morte da história e do pensamento. [As décadas de] 70 e 90 têm em comum a pluralidade. De diferente o enfoque. São duas épocas, nem reiterativas e nem superativas. Duas épocas de renovação diferentes.

2 Revista Tamoios – Como você avalia os paradigmas dentro desse processo de afloramento das pluralidades?

Ruy Moreira – Eu diria o seguinte: a discussão da década de 70 é, ao mesmo tempo, a constatação do fim de um paradigma de representação e a abertura das portas para um outro. Um outro momento do pensamento, que não seria necessariamente de um novo paradigma, no singular ou no sentido plural, podendo até ser a entrada noutro que não segue paradigmas. É isto a década de 70, ou o que por meio dela se prenuncia.

O problema consiste no fato de que não é assim que se entende uma década analisando-a em plena década. Hoje é fácil olharmos para trás e vermos aquele período. Dentro de um momento histórico, não é muito fácil percebê-lo. O debate da pós-modernidade, por exemplo, que vem logo depois e só então o percebemos, acontecia nos anos 70, mas não na forma como a discussão virá depois acontecer, em termos de pós-modernidade versus modernidade. Eis por que a década de 90 contém ao mesmo tempo continuidade e rompimento em relação a 70. O período de 78/88 é marcado por um pensamento muito aprisionado pelos projetos da época, o que não é diferente hoje, mas ao mesmo tempo liberado pela desconfiança. O que se abre depois na década de 90 é aquilo que poderíamos cha-

mar de pluralidade, no sentido de que os pensamentos se libertam, ao ponto de poderem uns se manter como pensamentos arrumados em termos de paradigmas (positivistas e/ou não positivistas) e outros não seguirem paradigmas.

Há pensamentos viciados em paradigmas, que não conseguem existir senão dentro de suas prisões paradigmáticas. Há outros que fluem, rolam e se desenvolvem, pouco importando se estão dentro ou não de um paradigma. Pode-se pegar dois pensadores típicos para cada caso. Para o primeiro, Althusser e Lacan. Para o segundo, Deleuze e Foucault. Não dá para enquadrar Deleuze dentro de um pensamento paradigmático. Ele é liberto de qualquer referência fixa. Ele faz, inclusive, uma colagem de diversos autores e acha isso muito natural e bom. Arruma o pensamento, abre vôo e isto que importa. E não dá para enquadrar Foucault em quadrinhos, campos, camisas de força e classificá-lo de moderno ou de pós-moderno. O mesmo não se dá com Althusser e Lacan.

3. Revista Tamoios – Você fala em Deleuze e em Foucault como exemplos de pensadores que criam novas tendências de visão de mundo, construção de olhares livres de preocupação de enquadramento paradigmático. Na Geografia, quem você poderia dizer que aponta para esta linha de construção de novas tendências sem os limites dos paradigmas?

Ruy Moreira – É difícil dizer. A nossa vida intelectual de geógrafos é muito pouco dada a autonomia de vôo. A Geografia enquadra-nos numa vida de pouco liberdade de vôos mais amplos, porque ela é epistemologicamente muito pouco clarificada nas tradições intelectuais do pensamento. Mas, por outro lado, também há tendências de uma riqueza intelectual histórica. Então, é difícil nomear alguém na Geografia que trabalha o pensamento sem estar muito preocupado com as referências paradigmáticas. Talvez Armando Correia da Silva, que vem de uma referência marxista muito definida e avança para um pensamento cada vez mais livre de comprometimentos fechados e trabalha com autores de campos de pensamentos amplos, seja um exemplo. Milton Santos talvez seja um exemplo de um intelectual orientado de um lado pela intuição e de outro pela cultura e erudição fantásticas adquiridas dentro do racionalismo moderno. Condições estas que permitiram-lhe o avanço na produção do intelectual que conhecemos.

4. Revista Tamoios – Você acredita que a Geografia tem sido um campo de pensamento crítico?

Ruy Moreira – Penso que sim. E acho que tem contribuído efetivamente para o avanço geral da crítica. Mesmo os geógrafos mais conservadores, mas que produziram uma geografia com algum nível de seriedade acabaram colocando elementos de criticidade no seu trabalho, fizeram uma geografia que serviu e serve como crítica de época. Então, acho que a Geografia tem sido uma forma de crítica sim. Pode não ser a crítica na direção do que entendo como sendo uma atitude ou um olhar crítico, mas nem por isso deixa de ser uma Geografia produzida como um viés crítico. La Blache, Brunhes, Sorre, Demangeon, Hartshorne, Tricart, entre os clássicos, assim como Armando Corrêa, Milton Santos, Carlos Walter Porto Gonçalves, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Horieste Gomes, David Harvey, Yves Lacoste, entre os contemporâneos, todos têm produzido uma geografia que serve à crítica. A questão é o modo como estamos fazendo e o proveito dessa leitura crítica.

5. Revista Tamoios – Qual análise você faria do Pensamento Crítico, e de modo a Geografia pode contribuir na construção deste pensamento no Brasil, país marcado por profundas desigualdades socio-espaciais?

Ruy Moreira – Por meio das categorias efetivamente geográficas. Não consigo imaginar alguém que se coloca diante da história sem uma atitude crítica. E para se ter uma atitude crítica, que significa ter consciência diante do seu próprio pensamento, é preciso ter disponíveis as janelas e os códigos de entrada da realidade exposta à crítica. E, como geógrafo, expressas geograficamente. Vejo muitas dessas janelas na Geografia. Parto da idéia de que a Geografia pode ser uma ótima referência de crítica. Isto supõe que deve e pode ser construída, constituída, vazada nas referências teóricas da crítica, como uma praxis crítica. Ela pode ser uma forma de crítica e uma forma de contribuição à crítica. Não sei se respondi à pergunta.

Quanto aos limites da produção geográfica na construção do pensamento crítico, penso que o problema é a ponte para o pensamento geral, de modo que os pensadores de outros campos que trabalham com a criticidade descubram na obra dos geógrafos a geograficidade. Dito de outro modo: que descubram a existência humana como uma forma de ser-estar espacial no mundo, explícita a partir da obra dos geógrafos. Tem faltado esta ponte. Isto se deve a uma questão, às vezes, de divulgação, às vezes de guetificação, dos nichos da Geografia, que preferem ficar fechados, olhando para o próprio umbigo, a dialogar para fora. Seja como for, qual for a razão, é necessário fazermos efetivamente esta ponte, que permita à Geografia chegar aos outros pensadores e estes à Geografia, de modo que descubram através das nossas obras que o mundo é uma geograficidade. E torne a Geografia também uma arma de percepção e de atitude crítica que se junte ao pensamento crítico de modo geral.

6. Revista Tamoios – A sua produção geográfica se construiu, desde o início, intensamente ligada ao Marxismo. Você se considera ainda atado ao Marxismo?

Ruy Moreira – Eu não parto de referências em autores. As minhas referências são a sociedade em que eu vivo e a minha atitude diante dela. Isto suscita em mim uma atitude crítica diante do que ela me oferece. A partir daí é que vou buscar referências nos pensadores. Vou até eles para ver quais me dão recursos de atitude e ação crítica diante da sociedade em que vivo. Nestas idas, encontro muita resposta em Marx.

Não parto de Marx, mas da sociedade em que vivo, que é capitalista, e chego a Marx, porque as leituras que fiz e estou fazendo dos pensadores localizam nele o pensador que me dá mais poder de reflexão crítica da sociedade onde luto e vivo. Como ajo assim, digamos, intelectual, acadêmica, metodológica, ontológica e outras “mentes”, não estou preso a Marx no sentido de que é só ele a referência. Vou a outros pensadores que me deem igualmente subsídios a ver o capitalismo com uma visão e uma práxis crítica. E os incorporo. Citei Deleuze e Foucault, que nada têm a ver com Marx, chegam às vezes a ser antimarxistas, não importa. Mas como estou vivendo e lutando pela vida numa sociedade capitalista é evidente que minha base de referência acaba sendo sempre Marx. Se é isto ser marxista, sou sim marxista.

7. Revista Tamoios – Quando você descobriu Deleuze?

Ruy Moreira – Foi quando iniciei minha dissertação de mestrado e quis trabalhar com uma idéia de territorialidade e territorialização que desse uma cara geográfica e marxista ao trabalho. Tenho colegas que mexem com as idéias de outros campo, entre eles os que atuam e lêem no campo da psicanálise. Através deles fiquei sabendo que Deleuze e Guatarri estavam trabalhando com a territorialização em termos do anti-édipo. Fui então ler o Anti-Édipo, um texto de leitura muito trabalhosa. Deleuze e Guatarri trabalham com a idéia de territorialização e desterritorialização combinada ao conceito de acumulação primitiva de Marx. Um discurso ao mesmo tempo de marxismo e de psicanálise. O livro se chama “O Anti-Édipo: a origem da esquizofrenia no capitalismo”. A origem é a desterritorialização, que eles entendem como sendo o processo da acumulação primitiva do capital em decorrência do qual deu-se a estrutura do capitalismo tal como ela é: esquizofrênica. A esquizofrenia vem dessa origem. Achei o raciocínio tão fantástico que incorporei-o à minha dissertação de mestrado. E fui me interessando por outras leituras de Deleuze e Guatarri. Não sei se eu descobri Deleuze. Talvez ele seja muito mais que isso que extrai de sua obra. E, talvez, a imagem que dele tenha ficado é a deste campo conceitual. Cito-o sempre mais por esta referência do uso que fiz daquele livro, do que propriamente de uma sensação de identidade com a sua linha de pensamento. Não sei se conheço Deleuze. No que li dele, levado pela trajetória desse livro, vi correspondência do que penso e aquilo que ele fez. É um pouco isto também a minha relação com Foucault, Bourdieu, Derrida, pensadores não marxistas, e até críticos ácidos do marxismo. Não me importa. O caminho darelação com cada um deles é mais ou menos isto.

8. Revista Tamoios – Quais os motivos para a escolha desse caminho de que você menciona? Este tem sido traçado metodologicamente por outros na Geografia?

Ruy Moreira – Para mim este caminho é o mais rico. Não sei quanto aos demais.

9. Revista Tamoios – Rico porque traria avanço na produção do conhecimento?

Ruy Moreira – Eu vejo assim. De modo que minha visão crítica de mundo tem vindo de Marx, mas vai para além do horizonte bibliográfico e analítico de Marx. Incluo e excluo, digamos assim, muitos antimarxistas e não-marxistas em minhas análises, desde que eu veja uma combinação grande com o que Marx me oferece à crítica. Até agora não vi maiores incoerências nestes casamentos. Vejo mesmo que contradições, somas, conjunções na reunião de pensadores tão díspares foram úteis para mim até agora.

10. Revista Tamoios – Você acha que trabalhando com autores tão díspares consegue avançar no campo geográfico, trazendo novas questões e ampliando as tendências da pluralidade paradigmáticas?

Ruy Moreira – Parto da pergunta que em cada momento me faço: quais as questões que a sociedade (sociedade em que vivo e diante da qual tenho uma atitude crítica) me coloca? Há questão geográfica dentro destas questões? Se há, pergunto que nome tem. Se o nome é questão regional, então vou analisar a problemática regional, teórica, conceitual e metodologicamente. Se ambiental, então vou atrás do problema ambiental. Se territorial, então eu vou atrás da problemática territorial. Faço, em suma, a junção da minha praxis da sociedade com a minha condição de geógrafo. E, de certa maneira, acabo filtrando na lista de questões que a sociedade me coloca, questões geográficas e/ou carentes de respostas geográficas. A partir daí é que eu vou atrás das leituras conceituais: quem é que pensa o conceito de região, e quem é que além de pensar a região pensa-a como uma problemática capaz de me dar subsídios para eu avançar na compreensão das questões da sociedade? Isto, sempre perguntando: em que consiste a regionalidade, a ambientalidade, a territorialidade como uma questão, em suma, de geograficidade?

11. Revista Tamoios – Quais são os riscos deste método pluralista analítico que você tem concebido, ao trabalhar com autores de diversos campos científicos e de diversas orientações paradigmáticas?

Ruy Moreira – Eu pergunto à sociedade em que eu vivo, através da minha práxis crítica, que questão ela está me colocando como ser humano e vejo pela natureza das questões – questão regional, questão ambiental, questão territorial - a referência aos conceitos. Não tiro o conceito das leituras, tiro-o da fonte viva. Uma vez tendo a lista de conceitos é que eu vou à literatura. E se quero agir como geógrafo, vou priorizar a leitura geográfica. A pergunta, na verdade, é: em que consiste uma literatura ser geográfica? Certo? Até agora as respostas que me têm satisfeito são aquelas que passam pela via combinada de localização e distribuição, uma combinação explosivamente contraditória, tensionada pelo fato de a diversidade da distribuição ter de casar-se na unicidade do espaço da identidade. Pa-

ra que uma questão tenha o nome espacial, antes é preciso partir de referências de espacialidade. Só depois de ser localizada e distribuída, cartografada a partir de referências de espacialidade, é que pode-se ver em que medida um tema é uma questão regional aos olhos da Geografia.

Posso ser um romancista e ter percebido a questão regional como uma questão da sociedade, entendê-la como a questão que ela me coloca, analisando o regional como romancista e com recursos do romance, como figuras de imagem e jogos de percepção, recursos com que a Geografia igualmente trabalha, mas sem a precisão cartográfica da localização e distribuição, que é uma exigência para os geógrafos, pois localização e distribuição são as referências dos marcos territoriais definidos. E posso ser um geógrafo. O que levanta, ao cabo, o movimento das categorias: da localização, parto para a escala da distribuição; da escala de distribuição, parto para a extensão; da extensão, ao recorte unitário da superfície terrestre; do recorte, referenciado a um símbolo de identidade, chego ao conceito de território; daí, por fim, à regionalidade, realizando a analítica da sociedade em que vivo a partir da questão regional vista como geógrafo. Partindo, sempre, desse conjunto de referências teórico-metodológicas.

12. Revista Tamoios – E o uso de conceitos ou de categorias que não são da Geografia, como você os introduz em uma análise geográfica?

Ruy Moreira – Uma vez que eu tenho este arcabouço geográfico, coerentemente assentado, qualquer conceito que eu traga de outra ciência e que se encaixe nele e o reforce sem adulterá-lo, é para mim bem-vindo. Cito de novo, como exemplo, o discurso da territorialização e desterritorialização de Deleuze e Guatarri. Discurso da psicanálise, que trago para dentro do arcabouço da minha dissertação de Geografia. Se casou-se e reforçou, como num encaixe perfeito, com minha exigência teórico-metodológica, então Deleuze, Derrida ou Foucault viram, para mim, “geógrafos”.

13. Revista Tamoios – Há risco profundo da análise ser construída de forma simplista e perdida no seu sentido, até mesmo do que é ser crítico Nos seus caminhos metodológicos quais são seus marcos fundamentais e como você orientaria o leitor (ou a leitora)?

Ruy Moreira – Diria que em uma relação dialética com o método. Meu marco orientador de análise é a dialética. Por entender que a dialética é a própria atitude crítica. O meu propósito é uma atitude crítica diante da sociedade em que vivo e a dialética é que me abre para isto. Ela é que me permite atitude e percepção críticas e a ela submeto tudo. Daí minha relação com Marx. Como todo bom leitor de Rosa Luxemburgo, uma pensadora marxista absolutamente honesta consigo mesma e Marx. Recomendaria uma relação dialética com a vida. E a partir daí, com o método.

14. Revista Tamoios – Para finalizar, durante os anos 90 você se propôs trabalhar com a Geografia do espaço simbólico e a Geografia da diferença. Quais são os caminhos do seu trabalho hoje?

Ruy Moreira – Proponho-me trabalhar com a dialética da identidade e da diferença. Já publiquei um texto sobre isto, na revista GEOgraphia número 1, da Pós-Graduação da UFF. O propósito é entender as novas faces do sujeito. Penso que uma grande mudança em curso na órbita do valor vem redesenhando inteiramente a relação sujeito-objeto. Significa uma clara alteração nos termos da nossa representação de mundo. Persigo atualmente este novo desenho, teórica e empiricamente. Um quadro que altera os termos da identidade, com que sempre trabalhamos na Geografia. Um saber cujo olhar e leitura passam sempre pelo discurso da identidade. Afinal, a região, o espaço, o nacional, as espacialidades de nossas referências, são sempre discursos de identidade. Uma certa polissemia do valor, acarretando uma correspondente polissemização dos sujeitos, altera todas essas referências, abrindo dialeticamente para a diferença. Vale dizer: uma polissemia do espaço. Penso que a Geografia, porque a ordem espacial das sociedades, é atingida diretamente por essa novidade da história. São esses os caminhos do meu trabalho, ontem, hoje e sempre (?).

Nota

* Professor Adjunto e Coordenador do Programa de Mestrado do Departamento de Geografia da UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ

1 MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia brasileira no período 1978-1988. In: GEOgraphia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia da UFF. Niterói, ano II n.º 3, junho de 2000, p. 25-50